

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR COMO POLÍTICA EDUCACIONAL EQUITATIVA: EFETIVA- ÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO JUSTA SOB O VIÉS DO DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES E COM- PETÊNCIAS

THE COMMON NATIONAL CURRICULUM BASE AS AN EQUITABLE EDUCATIONAL POLICY: EF- FECTIVENESS OF A FAIR EDUCATION UNDER THE BIAS OF DEVELOPING SKILLS AND COMPE- TENCES

Débora Tais Arnhold¹

Rosemari Lorenz Martin

Resumo: O presente estudo busca discutir a implementação da Base Nacional Comum Curricular como política educacional equitativa, pressupondo a efetivação de uma educação justa sob o viés do desenvolvimento de habilidades e competências. Também contempla o conceito de princípio de igualdade como

uma das maiores preocupações da sociedade capitalista moderna, além de problematizar a disseminação dos conhecimentos como força de divergência que atua na desigualdade social brasileira. Assim, a partir de uma discussão teórico-prática, mas também reflexiva, busca-se apresentar algumas problematizações

¹ Mestrado em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade Feevale

envolvendo a constituição da sociedade atual e uma realidade educacional brasileira utópica: uma educação equitativa de qualidade que busque reduzir a desigualdade social.

Palavras-chaves: BNCC. Equidade. Desigualdade. Sociedade.

Abstract: This study seeks to discuss the implementation of the Common National Curriculum Base as an equitable educational policy, assuming the realization of a fair education under the bias of the development of skills and competences. It also contemplates the concept of the principle of equality as one of the greatest concerns of modern capitalist society, in addition to problematizing the dissemination of knowledge as a force of divergence that acts on Brazilian social inequality. Thus, from a

theoretical-practical, but also reflective discussion, we seek to present some problematizations involving the constitution of the current society and a utopian Brazilian educational reality: an equitable quality education that seeks to reduce social inequality.

Keywords: BNCC. Equity. Inequality. Society.

INTRODUÇÃO

Instituída oficialmente no final de 2017, a Base Nacional Comum Curricular surge no contexto educacional para transformar a forma de construir conhecimentos na educação brasileira. O desenvolvimento de competências e habilidades caracteriza-a como desenvolvedora humanística, social e integral de sujeitos. Para muito além

da escolarização, a BNCC trata de questões de forma integrada, fazendo com que o discente não meramente saiba, mas que aja e reflita sobre seus atos. Dessa forma, o contexto social brasileiro desigual é evidenciado e as heterogeneidades ficam expostas – o que faz refletir sobre conceitos mais amplos relacionados às políticas públicas educacionais e à desigualdade brasileira.

Nesse contexto, o presente artigo buscará estabelecer relações entre conceitos de autores como Thomas Piketty e as forças de convergência da desigualdade – a disseminação do conhecimento - além de vislumbrar, a partir de Jessé de Souza, o princípio de igualdade social (como princípio da dignidade), contextualizando a Base Nacional Comum Curricular neste cenário.

Portanto, buscar-se-á

entender como a BNCC contribui para a efetivação de uma educação justa e não meramente igualitária, em que as singularidades sejam respeitadas sem subestimação e a diversidade possa enriquecer as questões socioculturais, contribuindo assim, para um desenvolvimento social brasileiro mais justo e completo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste estudo, foi realizada uma revisão bibliográfica da literatura. A abordagem da investigação é qualitativa e de natureza básica - uma vez que se visa refletir e construir novos conhecimentos acerca dos assuntos tratados, mas sem intervenção prática no cenário determinado. O método será dedutivo, já que será problematizado um problema geral (a educa-

ção) o qual será contextualizado em uma particularidade (relação conceitual com teóricos), com o objetivo de realizar um estudo exploratório. Os teóricos analisados neste artigo foram indicados por especialistas da área, durante momentos de discussão que tratassem de temas envolvendo a equidade e a igualdade perante sua composição social.

REFERENCIAL TEÓRICO E DISCUSSÕES

Quando pensamos no cenário social brasileiro, a primeira característica que é evidenciada, sem dúvida, é a desigualdade. Se passamos a olhar as questões educacionais sob esse aspecto, há indícios de que talvez a disseminação justa do conhecimento em nosso país não passe de um realismo utópico. Nesse sentido, “constituir uma política

de educação em âmbito nacional, no contexto de diversidades e diferenças, não é uma tarefa fácil. Por essa razão, “a história da educação no Brasil é marcada por disputas intensas, mas, necessárias para afirmação da democracia” (UCHOA et. Al, 2019, p. 17). Thomas Piketty vislumbra tais disparidades a partir do emprego do termo “mecanismos de convergência”. Ele destaca que

as principais forças que propõem a convergência são os processos de difusão do conhecimento e investimento na qualificação e na formação da mão de obra. A lei da oferta e da demanda, assim como a mobilidade do capital e do trabalho (uma variante dela), pode operar a favor da convergência, mas de maneira menos intensa, e muitas vezes de forma ambígua e contraditória.

O processo de difusão de conhecimentos e competências é o principal instrumento para aumentar a produtividade e ao mesmo tempo diminuir a desigualdade, tanto dentro de um país quanto entre diferentes países (PIKETTY, 2013, p. 29).

A Base Nacional Comum Curricular surge, então, para transformar a sociedade atual: a partir da imersão no meio escolar, favorece a formação de um sujeito mais crítico, autônomo e que contribua para uma composição social que combata a desigualdade - tão exacerbada e nítida em nosso país. Nesse sentido, é possível afirmar que o documento normativo em questão favorece o exercício da equidade no meio social, colaborando para um futuro brasileiro mais justo

e significativo. Embora saiba-se que a implementação de mudanças no cenário social a partir da educação não sejam suficientes para alterar a totalidade da desigualdade brasileira. Mas a ousadia de mudar a constituição social pela formação dos cidadãos sem dúvida, pode ser uma estratégia valiosíssima de transformação do cenário desigual brasileiro.

Piketty também destaca que a difusão do conhecimento – tida como principal força de convergência da desigualdade depende das políticas de educação e inclusive não se desenvolve sem um aporte governamental por trás dela. Afinal, é preciso acesso e qualidade garantidos durante o processo de formação de sujeitos para que ocorram transformações sociais a curto, médio e longo prazo da realidade socioestrutural brasileira.

Uchoa et.al (2019, p.49)

apontam que “a educação como complexo social tem papel de reprodução social e pode ser controlada para implementar formas de intervenção práticas na realidade a partir dos currículos”. É possível perceber uma estreita relação entre as preocupações de desigualdade social com a formação dos sujeitos que dela fazem parte. Isso fez com que todos os currículos educativos fossem reestruturados, e a Base Nacional Comum Curricular expõe tal evidência a partir da sua reformulação em 2017.

Tendo como objetivo principal o desenvolvimento de habilidades e competências, a BNCC busca normatizar um conjunto de conhecimentos básicos necessários a toda população educacional brasileira. Considerando a realidade educacional brasileira, percebe-se a necessidade emergente de favorecer

a redução das desigualdades, o documento apresenta um viés equitativo, permitindo que cada estado e/ou cidade possa fazer as adequações complementares no documento estabelecidas de acordo com os contextos em questão. Nesse sentido, Uchoa et. al (2019, p.56) destacam que

a educação como complexo social tem papel fundamental na reprodução social de ideias, valores e prévias ideias para ações no mundo. Dessa forma, os currículos podem repassar as novas determinações do mundo do capital e das necessidades do mundo do trabalho criando trabalhadores flexíveis. Debates adiante acerca da lógica da reprodução social a partir da ideologia das competências com fins no empreendedorismo e na ‘empregabilidade’

(UCHOA et al. 2019, p. 56).

Jessé de Souza (2009) refere que os maiores desafios da sociedade moderna estão atrelados ao de garantir a igualdade social e a liberdade individual. Mas como seria possível favorecer tais condições? Conforme o mesmo autor,

a universalização das condições de acesso ao ‘trabalho útil e digno’ é, no fundo, a realização concreta do ideal de igualdade; enquanto a realização da expressividade individual é a única forma de garantir o exercício efetivo de uma liberdade de ação individual que não se confunde com mero consumo (SOUZA, 2009, p. 119).

“Horizontalizar” o

princípio da dignidade a todas as classes — e a liberdade individual de procurar a felicidade, seria a solução perfeita para Jessé. Garantir, dessa forma, precondições de realização “expressiva” dos indivíduos, sendo que a sociedade brasileira foi amplamente influenciada por questões capitalistas nesse processo (SOUZA, 2009, p.389).

Assim, é imprescindível destacar que um país com raízes econômicas e de poder desiguais também possuirá um atendimento educacional desigual. Embora a implementação da Base Nacional Comum Curricular ocorrida em 2017 venha para romper com as diferentes e desiguais organizações legislativas de currículo, o documento normativo em questão precisa ir além: favorecer que TODOS tenham uma BASE em comum, mas com saberes contextualizados de acordo com sua

realidade social, para que possam formar alunos habilidosos e competentes.

A educação assume o poder de mudar vidas pela sua correta utilização. Quanto a isso, Souza (2009) faz uma dura crítica, em que defende a construção de uma sociedade melhor a partir da valorização de aspectos sociais para além dos econômicos, que constituem o país como um todo:

ao contrário dos nossos liberais, que amesquinham o projeto nacional brasileiro à dimensão unicamente econômica, temos que nos perguntar o que nos separa das sociedades avançadas modernas que lograram unir em uma dimensão significativa tanto igualdade social quanto liberdade individual. (SOUZA, 2009, p. 119).

A igualdade social, portanto, pode ser entendida como princípio da dignidade, sem considerar que a busca da felicidade individual rege o princípio do expressivismo. Dessa forma, cada vez mais a educação precisa estar atenta às necessidades e aos interesses da sociedade e, principalmente, do mundo moderno. Afinal,

a educação não se concretiza no vazio das intencionalidades, mas no seu aprofundamento. Quanto mais clareza política, sobre qual sociedade desejamos, mais explícita se torna a função do processo educativo e o papel da escola nesse processo (UCHOA et. al, 2019, p. 17).

Sabe-se que a educação é o melhor meio para construir

uma sociedade justa e que busque confrontar as desigualdades enraizadas na cultura brasileira. Formar sujeitos que pensem além do que lhes é solicitado, que tenham empatia para com àquele que divide o território consigo, buscar atender às demandas emergentes que ultrapassam os muros da escola: esta deveria ser a norma explícita nas políticas educacionais vigentes. Talvez construir uma educação com base no desenvolvimento de habilidades e competências seja o início desse caminho transformador: de vidas, de significados e da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel da escola frente à realidade desigual da sociedade brasileira foi ressignificado a partir da implementação da Base Nacional Comum Curricular em

2017. Formar sujeitos habilidosos e competentes que rompam com a ótica heterogênea dos paradigmas impostos pela própria sociedade é a solução para o futuro deste país tão diverso e desigual. A partir das forças de convergência de Pikkety (2013), que a disseminação do conhecimento possa emergir nos confins de todo o território nacional, a fim de oportunizar – mesmo que minimamente - condições dignas de aprendizado aos sujeitos brasileiros, que as possuem por direito.

A desigual sociedade brasileira clama por intervenção! As características histórico-culturais que fazem parte dessa constituição precisam ser ressignificadas a partir de políticas públicas que estejam contextualizadas de acordo com as verdadeiras realidades público-sociais. Assim, a intervenção pela educação talvez seja a oportunidade

mais rica e válida de intervenção social contemporânea.

Também que o princípio de igualdade social defendido por Jessé de Souza (2009) possa, para além de legitimar dignidade, oportunizar novas formas de ser e pensar sociais neste país. E que a Base Nacional Comum Curricular esteja sendo uma ferramenta prática equitativa no desenvolvimento de uma sociedade que esteja de fato atenta às suas necessidades contemporâneas e contribua para a construção de uma sociedade justa e democrática.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em Último acesso em 06 jul. 2021.

PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI. Gávea, RJ. Editora Intrínseca, 2013. 812 p.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SOUZA, Jessé. A singularidade da desigualdade social brasileira. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2009. 484 p.

UCHOA, Antonio Marcos da Conceição; SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza (Orgs.) Diálogos Críticos: BNCC, educação, crise e luta de classes em pauta [recurso eletrônico]; Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

SOUZA, Mirela Saraiva de; SIL-

VA, Maria Celiania da.; OLIVEIRA, Hálida Késsia Galdino. Educação como meio de transformação da sociedade neoliberal. Revista Artigos. v. 3 (ISSN: 2596-0253), Volume 3. 2019. Disponível em < <https://acervomais.com.br/index.php/artigos/article/view/984/545>>.